



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Trabalho Profissional.

FORMAÇÃO E TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DOS PRINCÍPIOS RELIGIOSOS E ÉTICO-POLÍTICOS

VERÔNICA GONÇALVES AZEREDO¹
POLLYANNA DE SOUZA CARVALHO²
LETÍCIA MACHADO DE ARAUJO³

Resumo: O objetivo é tecer considerações sobre a formação e o trabalho dos assistentes sociais num contexto onde o neoconservadorismo incide sobre a perspectiva de princípios religiosos e ético-políticos. Para tal, foram exploradas fontes de pesquisas realizadas em diversos estados do país, recortadas pelo eixo religião e serviço social, cujos sujeitos investigados, foram estudantes ou profissionais da área. A aproximação com o referido tema aponta para as experiências religiosas e o modo como estas impactam as diferentes esferas de atuação profissional e o quanto tais experiências tendem a corroborar para a manutenção de posturas e práticas conservadoras.

Palavras-chave: Assistente Social; trabalho; projeto ético-político; neoconservadorismo; religião.

Abstract: The objective is to make considerations about the formation and work of social workers in a context where neoconservatism focuses on the perspective of religious and ethical-political principles. To this end, sources of research carried out in several states of the country were explored, cut by the religion and social service axis, whose investigated subjects were students or professionals in the area. The approach to this topic points to the religious experiences and how they impact the different spheres of professional activity and how much these experiences tend to corroborate for the maintenance of conservative practices and practices.

Keywords: social Worker; job; ethical-political project; conservatism; religion

INTRODUÇÃO

A reflexão ora socializada é produto da pesquisa Trabalho do Assistente Social no norte e noroeste fluminense: determinações sócio-políticas e culturais, sendo esta sub-projeto de uma proposta ampliada de investigação que compõem o projeto “Guarda-chuva”⁴ intitulado - “Mercado de Trabalho e Espaços Sociocupacionais do Serviço Social nas regiões norte e noroeste

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <vgazerdo@gmail.com>

² Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense.

⁴ Aprovado pela FAPERJ (Processo E-26/010.002059/2016) – prazo da pesquisa 2017-2018

fluminense⁵. Trata-se de uma experiência de cooperação entre grupos de pesquisa⁶ da UFF-ESR⁷ com o Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Profissão do Programa de Estudos pós-graduados em serviço social da PUCSP.

Com vista a tal articulação, o objetivo geral dessa proposta ampliada é identificar as tendências atuais da política social brasileira e do mercado de trabalho para assistentes sociais no Brasil no séc XXI e suas particularidades nas regiões Norte e Noroeste Fluminense (Inclui-se: principais áreas e formas de contratação profissional, tipos e vínculos, exigências institucionais em casos de contratos de trabalho; jornadas de trabalho; salários; perfil profissional e composição de trabalho).

A partir desse objetivo geral, o projeto “Guarda-Chuva”, se desmembra em eixos com coordenações responsáveis pelo alcance de objetivos específicos. É onde o subprojeto Trabalho do Assistente Social no norte e noroeste fluminense: determinações sócio-políticas e culturais justifica-se e materializa-se, cujo objetivo, é traçar elementos que compõe o perfil profissional dos Assistentes sociais a partir de determinações sociais, políticas e culturais que atravessam sua formação e seu exercício profissional.

Para execução dessa proposta, os procedimentos metodológicos adotados, dizem respeito ao *Estudo Exploratório* (de caráter bibliográfico e documental) e *Pesquisa de campo* (por amostra probabilística de tipo sistemática), configurada via contato com Cress⁸ para acesso aos profissionais nele cadastrado. Através do Programa “Survio” (ferramenta disponível on-line) questionários estão sendo disponibilizados aos Assistentes sociais em exercício da profissão.

No aguardo dos dados da pesquisa de campo, se divulga através desses Anais científico alguns dos resultados parciais relacionados à primeira

⁵ Ao todo são 22 municípios

⁶ (GRIPES)- Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde; (GEPPRU)- Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Rurais e Urbanas e (GATAS)- Grupo de Assessoria em Serviço Social.

⁷ UFF-Universidade Federal Fluminense / ESR - Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (situado na cidade de Campos dos Goytacazes- RJ)

⁸ CRESS- Seccional de Campos dos Goytacazes

fase da referida pesquisa- O *Estudo Exploratório* por meio de fontes bibliográficas, ao passo que os resultados finais, serão expostos por meio de artigos em revistas da categoria.

Derivada do subprojeto referido, a reflexão em torno da *formação e trabalho dos/as assistentes sociais com ênfase nos princípios religiosos e ético-políticos*, constitui o tema deste ensaio, cujo objetivo é levantar alguns elementos que permitam refletir sobre o modo possível de conjugar a moral-religiosa com princípios ético-políticos no Serviço social.

Para tal, foram exploradas fontes de pesquisas realizadas em diversos estados do país, recortadas pelo eixo religião e serviço social, cujos sujeitos investigados foram estudantes ou profissionais da área. Tais pesquisas foram conduzidas por Couto (2002), Simões (2008), Souza (2010), Maia e Silva (2011), Santana e Matos (2015), Pinheiros (2015). Somando-se a estas a relevante fonte da pesquisa sobre perfil profissional do assistente social, realizada pelo CFESS (2005).

Do diálogo entre o que foi produzido por estes pesquisadores, elenca-se uma série de determinantes que compõem o quadro dos princípios que incidem sobre a formação e trabalho dos assistentes sociais na atualidade. Dentre estes princípios, o religioso, figura como herança de um processo de socialização que atravessa outras instancias, mediado por referencias teórico-metodológicas presentes no cenário da formação universitária e daqueles vinculados aos princípios ético-políticos da profissão.

Diante de tais considerações, o que essa realidade nos informa? Quais as conexões entre a dimensão religiosa e o trabalho dos assistentes sociais? O diálogo com preceitos religiosos interfere e/ou inviabiliza o projeto ético-político da profissão?

DESENVOLVIMENTO

O tema princípios religiosos e ético-políticos, na formação e no trabalho dos (as) assistentes sociais, sugere inicialmente uma atenção acerca das formas de sociabilidades banhadas por forte onda conservadora, que atinge principalmente o Brasil nos dias de hoje e que afetam o processo de formação

e trabalho no contexto geral e, em particular, daqueles que vivem do exercício do Serviço Social.

Fato revelador dessa ideia é o crescimento do número de evangélicos na década passada, conforme IBGE (2000-2010). O impacto disso, também pode ser observado na formação do atual perfil do Congresso brasileiro, caracterizado por expressiva bancada evangélica, representante da matriz mais conservadora- a pentecostal. Vê-se a laicidade do Estado ameaçada e, conseqüentemente, a expansão de princípios religiosos revestidos de uma moralidade que lhe é própria e que se sobrepõe a princípios éticos, cívicos e políticos.

Sobre esse eixo, a proposta é elencar alguns elementos que nos permitam refletir - de que modo é possível conjugar a moral-religiosa com princípios ético-políticos, no âmbito do Serviço Social? Com tal problematização não se quer afirmar que assistentes sociais que professam uma religião imprimam ao seu trabalho um modo puramente religioso. Não é esse o fluxo da análise, o que se propõe é uma indagação sobre algumas das variáveis como as de classe, de gênero, religiosas e políticas, que fornecem subsídios à compreensão dessa questão.

Nessa direção Barroco (2011), sobre o prisma da contemporaneidade, revela que o conservadorismo moderno se manifesta de modo diverso e incide na sociedade em seu conjunto. Argumenta que a dimensão tradicional do conservadorismo aparece metamorfoseada, sobre diferentes ângulos e influencia as respostas que o Estado neoliberal apresenta às expressões da questão social. Na linha desse argumento, o interesse é pensar como esse processo ocorre no âmbito da formação e atuação profissional do assistente social, uma vez que estes, conforme os demais segmentos da sociedade estão sujeitos e sujeitados as influências de valores conservadores, que assumem novas roupagens no contexto político e social atual (Idem).

Atravessadas por valores conservadores, a sociedade em seu conjunto é desafiada e desafia a formação e a atuação de profissionais que recebem influências de processos sociais alienantes e conseqüentemente, correm o risco de se tornarem vetores desses processos.

Nesse diálogo Pinheiro (2015, p. 203), destaca que a emergência do neoconservadorismo possui como elemento de sua causalidade, a necessidade de reação à crise estrutural, vivenciada pelo capital no âmbito econômico, político e cultural aliado à importância de reação às diversas lutas e conquistas que se deram no século XX, tanto no mundo do trabalho, quanto nas questões de gênero, diversidade sexual, juventude, raça, etnia, geração, etc. No fluxo desse pensamento, observa-se que o neoconservadorismo religioso ao se espalhar desde o cotidiano dos indivíduos até às questões políticas, no direcionamento do ataque e supressão de direitos, inclui-se, no plano da reprodução cultural das desigualdades.

É nesse sentido, que política, religião e preconceitos passam a se expressar de forma e intensidades distintas e desordenadas, em outros tempos e espaços, como frutos de um mesmo processo, em que o conservadorismo aparece flexível para realizar as reformas necessárias à manutenção de sua força e direção, em conformidade com a atual conjuntura (Idem., p.198).

Na medida em que o neoconservadorismo religioso é detentor de uma lógica machista, patriarcal e heterossexista, inerente aos seus dogmas e doutrinas nos seus vieses fundamentalistas, torna-se um potencial obstáculo à efetivação da vertente teórico- metodológica marxista consolidada na formação e profissão do Serviço Social nos anos 80. Nesse sentido, tende a dificultar a adesão aos princípios preconizados no Código de Ética Profissional legitimado nos anos 90 e conseqüentemente, sua efetivação, via atuação profissional e nas instâncias político-organizativas da profissão, como: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), centros e diretórios acadêmicos das unidades de ensino, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social/ENESSO (Idem., p. 201).

Pinheiro (2015, p.209), em pesquisa na Universidade Estadual do Ceará, com alunas do curso de Serviço Social, indaga sobre em que medida a moralidade religiosa, incorporada a partir do cotidiano dos sujeitos, impacta na formação destes estudantes. As entrevistas apontaram para a realidade de difícil articulação entre preceitos religiosos, oriundos do processo de socialização das estudantes, iniciado fora da esfera acadêmica com os

preceitos ético-políticos da profissão. Na percepção das entrevistadas, o ambiente acadêmico é desfavorável aos debates religiosos (Idem., p. 201) e quando indagadas sobre os motivos que as levaram a escolha do curso, revelaram uma noção superficial quanto a análise inicial da profissão. Essa superficialidade na compreensão do serviço social diz respeito não apenas as percepções individuais das estudantes, mas também a imagem preponderante sobre a profissão no imaginário da sociedade – em consonância com o modo como ela foi criada e legitimada, num movimento de imbricação entre conservadorismo e fundamentos religiosos (Idem., p. 209).

Sobre isso Manrique de Castro (2011), endossa que os estereótipos sobre o fazer profissional no serviço social vão além da visão dos que chegam à graduação, se fazendo presentes também no entendimento de profissionais de outras áreas, gestores das políticas sociais e, em parte dos usuários, alcançando assim os espaços sócio-ocupacionais. Tal fato é objeto de tensões no campo profissional e na afirmação das atribuições e competências reais dos assistentes sociais.

Por fim, nota-se a partir de Pinheiro (2015) que em uma sociedade machista e classista como a brasileira, crenças e valores, fomentam uma espécie de dimensão cultural, que por sua vez, tende a orientar a escolha das estudantes pelo curso de Serviço Social.

De acordo com CFESS (2005), 97% dos profissionais do serviço social no Brasil são mulheres. Somado a isso, foi constatado pela PNAD/IBGE 2013 que o curso de serviço social é o terceiro curso feminino do país, com 157.919 mulheres. Importa pontuar que a figura feminina se encontra associada, historicamente, à dimensão da proteção e do cuidado.

Na exploração de fontes documentais da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), Souza (2010, p.5) constatou que o movimento de emancipação da mulher estava sendo qualificado como “filosofia mundana” e que o feminismo era algo “contrário às escrituras”. Neste ponto, observa-se uma tentativa da Igreja em desqualificar processos emancipatórios modernos. Outra importante informação que teve acesso foi sobre a tentativa da Igreja em influenciar o processo de socialização das mulheres presbiterianas fazendo uso da Sociedade Auxiliadora Feminina (SAF), o que numa perspectiva de gênero,

afirma a diferenciação do processo de socialização entre homens e mulheres, fundamentado na assimetria de poder (Idem).

Neste processo de exposição dos possíveis impactos que valores religiosos podem ter sobre a formação e atuação profissional do assistente social, vale explicitar que a defesa de Souza (2010), é a de que o fundamentalismo religioso é mais do que uma resistência ao mundo moderno, trata-se, de uma resposta à crise que esse mundo edifica nas comunidades religiosas.

Expressão dessas comunidades, as famílias são lugares privilegiados de transmissão e socialização de preceitos religiosos. Portanto, enquanto instituição social, é por excelência encarregada pela transmissão da moralidade religiosa (MACHADO, 2006).

Couto (2002) em estudos na periferia de Recife constatou que ao converter-se a uma religião, o indivíduo modifica a maneira de compreender a si e ao mundo, em decorrência do vínculo afetivo que estabelece com o grupo de crença. Nesse sentido, cabe a indagação sobre em que medida a moralidade religiosa, ao incidir subjetivamente na dinâmica da vida do indivíduo (neste caso um/uma assistente social), torna-se um potencial obstáculo à efetivação do direcionamento ético-político da profissão?

Sabe-se que o projeto ético-político tem como fundamento a eliminação do preconceito, o combate às opressões e preconiza o laicismo, confrontando o fundamentalismo religioso e a intolerância, crescentes na contemporaneidade. Nesse sentido, Pinheiro (2015, p. 205-207) argumenta que os preceitos religiosos desafiam a formação e atuação profissional pautada no arcabouço teórico crítico, radical e histórico, tal como demanda ao serviço social.

No fluxo dessa análise, vale recordar que a busca de ruptura do serviço social com o conservadorismo pode ser verificada a partir dos anos 80, entretanto tal fato, não significa que o mesmo tenha sido totalmente superado. Mas importa destacar que esse período deu suporte a renovação cultural da profissão. Na visão de Pinheiro (2015, p.199), o debate sobre preconceitos ganha visibilidade com a aproximação e consolidação da teoria crítica marxiana e marxista na formação, atuação e pesquisa profissional. Entre tantas mudanças, o serviço social modifica a maneira de pensar o mundo, suas

relações e seus fundamentos e busca a desnaturalização das diversas desigualdades.

Preocupado com a resistência ao conservadorismo, Netto (1996) afirma que a consolidação da cultura profissional calcada na direção social contra-hegemônica carece de profissionais ousados no sentido cívico e intelectual para enfrentar práticas deste cunho. Foca no argumento de que sem profissionais que se posicionem nos debates e impasses sócio-políticos em curso, com discernimento intelectual para capturar as transformações societárias e suas tendências, mesmo diante das debilidades da formação acadêmica, não será possível superá-lo.

Logo, o avanço neoconservador, objeto também desse ensaio, é pauta urgente para a categoria. Interpretar e reinterpretar as novas roupagens do conservadorismo, como bem afirmou Netto (1996) é uma necessidade permanente. Razão, de neste cenário se estar atento, por exemplo, aos processos de subjetivação produzidos por experiências religiosas, que atravessaram e continuam a atravessar (atualmente sobre novas modalidades) a profissionalidade do serviço social.

Vale lembrar que o serviço social emerge no Brasil, após 1920 como um departamento especializado da Ação Social⁹, alicerçado em sua doutrina social por intermédio da Igreja Católica, de bases confessionais, que atuava como uma Instituição Social de caráter religioso e universalizante. Nesse contexto sócio-histórico, a igreja se colocava em meio às contradições de classe, disputando o controle social e ideológico na sociedade (IAMAMOTO, 2014).

Pela lente das bases confessionais da profissão, Iamamoto (Idem, p. 23-24) afirma ser o conservadorismo, um conjunto de ideias ressignificadas e transpostas numa concepção de projetos adeptos à ordem capitalista. Advoga que sobre essa matriz o serviço social se desenvolveu, adepto a um ideário conservador e em meio a uma sociedade, onde a liberdade se escamoteava entre as particularidades da vida privada e subjetiva ao mesmo tempo, onde as relações sociais e externas eram subsumidas a ordem e ao doutrinamento.

⁹ As profissionais de Serviço Social da época, as senhoras e moças da sociedade, eram oriundas das ações benévolas e caridosas do bloco católico (Idem, 2014).

Mais adiante, a intelectualidade da profissão, busca romper com a herança conservadora e construir novas bases de legitimidade da ação do serviço social. Tal ruptura demanda clareza dos assistentes sociais quanto aos rebatimentos políticos que incidem sobre os antagonismos sociais vigentes, próprios da ordem burguesa. Dá-se então, o reconhecimento que a intervenção profissional deveria dispor das necessidades dos usuários enquanto segmentos dominados pelo capitalismo. Tal tomada de consciência impulsiona um movimento de ruptura com a tradição profissional e com o modelo de atuação tecnicista. Fundamentos científicos mais consolidados são esboçados como proposta, aliados ao reconhecimento de que a intervenção profissional deveria ser construída com base nos interesses da população. Dá-se então o reconhecimento da luta de classes (IAMAMOTO, 2007, p. 37-38).

Atravessado em sua origem pelo ideário conservador - próprio de uma sociedade patriarcal e patrimonialista- o serviço social nasce comprometido com a ideologia da ação católica, conforme já registrado. Desse fato, pode-se formular a seguinte indagação: até que ponto a socialização religiosa no século XX, apesar dos processos de ruptura, continua a influenciar o trabalho do/da assistente social, no século atual?

No fluxo dessa indagação, soma-se o registro de que a Constituição Federal de 1988 no Brasil, no que tange à liberdade religiosa, aponta que a mesma é resguardada no seu Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, nos incisos de VI a VIII (Idem, 2011, p. 106). Nesse sentido, o que se deseja destacar é a laicidade do Estado, tendo os indivíduos autonomia para direcionarem-se a religião desejada.

Busin (2011, p.119) afirma que no Brasil o catolicismo se expressa como tradição cristã majoritária, mas que a expansão das igrejas evangélicas, tem contribuído para somar substantivamente na transmissão de valores morais. Tais valores acabam por incidir no conjunto da sociedade, pela via dos mecanismos de sociabilidade, ao alimentar relações e subjetividades, mesmo daqueles que não são adeptos de alguma crença religiosa.

Ao investigar sobre o interesse dos/as estudantes pela procura do curso de serviço social, Simões (2008, p. 47), identificou que valores provenientes da

religião, da política, da sociedade e de gênero, seguido, pela procura de ascensão social e profissional, dizem respeito às principais motivações de ingresso.

Com o mesmo recorte investigativo Santana e Matos (2015) em sua pesquisa, sobre a origem familiar e as motivações para a escolha profissional no serviço social, em Aracaju/SE, em 2009, revelam que 69% das assistentes sociais são católicas, 10% são protestantes, 4% são espíritas e outras 4% evangélicas. Quanto ao perfil religioso de suas famílias, 87% daquelas que foram entrevistadas, possuem origem religiosa. Chamam a atenção para o corte de gênero, onde os pais (26%) são menos religiosos do que as mães (74%).

Dutra (2015) em pesquisa realizada em 2012, na região norte do Paraná, expõe dados derivados da aplicação de 147 questionários e 22 entrevistas com assistentes sociais, onde 77% se classificaram como católicos (as), 14% evangélicos (as), 5% espíritas e 4% revelaram não-participação em instituição religiosa. Questiona a frequência em atividades de caráter religioso e verifica que 45% mantêm a periodicidade de uma vez por semana, 24% mais de uma vez por semana, 23% praticam atividades esporádicas e 18% participa com intervalos superiores a um mês, 28% vão à igreja desde crianças e 32% operam em alguma atividade ofertada pela igreja – como líderes de grupos, na gestão de cultos, atuando nas leituras ou preparando o local para os cultos. Sobre a presença de símbolos religiosos nos seus ambientes de trabalho, 44% afirmaram que existem e 56% revelaram que não fazem uso. Quando indagados/das sobre que tipos de objetos religiosos adotados (35%) responderam a bíblia, 17% calendários com temas religiosos, 12% referiram-se a crucifixo, outros 12% a imagens de santos e 6% representa o equivalente a livros religiosos.

Quanto à participação na vida religiosa, Simões (2007, p. 178-179) em pesquisa com estudantes de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1996/2006, observou que dos estudantes evangélicos (76,6%) são os que mais se envolvem nas instituições de cunho religioso, seguidos de católicos (51,1%) e espíritas (33,1%). Constatou que grande parte dos estudantes participava, na ocasião da pesquisa, de alguma instituição

religiosa e incorporava na vida privada, valores e ideias religiosas herdadas de suas famílias. A maioria se autodenominou “religiosa-participante”. Verificou que 88,9% representa o quadro de discentes religiosos no curso de serviço social; destes, 49% participam de atividades religiosas nas igrejas que frequentam enquanto 39,9% em atividades eventuais (Idem, p. 187, 2007).

O caráter de gênero, na incidência da militância religiosa, se verifica desde os primórdios do serviço social, onde pela via da igreja católica, damas e senhoras praticavam a caridade aos enfermos e aos necessitados. Isso não por acaso, já que historicamente as mulheres se atribuía a oferta de cuidado e proteção ao próximo. Nessa perspectiva, Santana e Matos (2015, p. 48) sinalizam que os valores humanitários e religiosos se imbricam com as funções femininas, bem como “o cuidado, o altruísmo, a educação e a abnegação”. Logo, um dos papéis da igreja sempre foi desenvolver e socializar mecanismos capazes de exercer influencia sobre o comportamento feminino. Desse modo, as profissões intituladas “femininas” atingem o imaginário social como aquelas que se vinculam a práticas educativas e inspiradoras de carinho, cuidado, benevolência.

Fato é que e a vida privada feminina possui aspectos que delimitam sua formação profissional, visto que a mulher assume múltiplas tarefas que se estendem na esfera pública, de modo que “os afazeres domésticos compõem saberes (na esfera do cuidar, organizar, educar, orientar) que ajudam na definição de escolhas profissionais e na mobilidade do universo profissional” (SANTANA; MATOS, 2015, p. 48).

Ocorre, que não apenas na esfera micro, individual e privada, mas na pública, a religião se coloca a serviço da legitimação da dominação e é atravessada pelos conflitos de classe (HERVIEU, 2009, p.17).

É nesse ponto que Simões (2008), destaca que os valores religiosos em conexão com a esfera privada e a pública, sugerem a análise dos “elos morais”, constituídos entre os/as assistentes sociais e os usuários dos serviços prestados, com enfoque nas intervenções subjetivas e/ou particulares, porque “mais do que uma simples intervenção técnica, a prática dos assistentes sociais utiliza-se da influência pessoal do próprio agente, como instrumento da ação assistencial” (Idem. p. 50-51).

Por meio dessa reflexão, observa-se que apesar de tantos avanços, os assistentes sociais, devido sua herança sócio- cultural e política e a trajetória histórica da profissão, não conseguiu romper radicalmente com atitudes de tutela, influenciada por um dever de caráter moral com o estado normativo público. Isso porque, alicerçados em posturas tutelares, paternalistas e moralistas, próprias dos processos socializantes de nossa sociedade, os alunos/as do curso de serviço social, chegam à universidade com a premissa de “fazer o bem” e “auxiliar o próximo”. Em contrapartida, ao entrarem no curso de serviço social, tem-se um choque de realidade, já que a formação é politizada e essencialmente, nas universidades públicas, inspirada no pensamento de Marx (SIMÕES 2007, p. 175-176).

Ao refletir sobre os princípios religiosos que interpelam o perfil profissional dos/das assistentes sociais e problematizar à dimensão ético-política, inspiradora da formação e do trabalho, dos referidos profissionais, Barroco e Terra (2012, p. 20-21), revelam que os obstáculos da categoria (nesses dias de luta e resiliência) se referem sobretudo a qualificação da direção social das ações profissionais¹⁰. Além do mais, quando há a incorporação da direção social do projeto ético-político, por profissionais e estudantes, a cultura crítica da liberdade, da democracia e dos direitos dos trabalhadores, ganha espaço num cenário marcadamente liberal.

Sabe-se que embora formulado num contexto politizado e suscetível a politização dos assistentes sociais, o projeto ético-político da categoria não é hegemônico. Contudo, há que se indagar se os profissionais se vinculam atualmente mais as instituições/causas políticas ou religiosas? Em que medida o princípio de ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos sociais civis e políticos das classes trabalhadoras, tem sido capaz de mobilizar a categoria ou tem sido ícone da identidade instrumental do serviço social? Que elementos caracterizam a diversidade nos espaços de

¹⁰ É possível compreender que, as ações cotidianas dos profissionais de Serviço Social constroem um efeito concreto que interfere na vida dos usuários e na sociedade e, que, são nessas ações que se constituem valores e finalidades de traços éticos. Ademais, o conhecimento crítico ou a ausência dele, e a iniciativa política ou a sua falta, podem expandir ou cercear a efetivação da ética profissional, no plano de suas possibilidades históricas (Barroco e Terra, 2012, p. 32-33).

trabalho e do modo de trabalho dos assistentes sociais, socializadores da ideia de que há tantos serviços sociais, quanto assistentes sociais? Quais as influências do nível de acesso a informação, conhecimento, tecnologia, condições de trabalho e renda, de exercício de cidadania na trajetória da formação cultural e social dos assistentes sociais e, em sua capacidade de enfrentamento das expressões da questão social, nos espaços institucionais?

Em que medida a adesão acrítica ao projeto da categoria, manifesta no hiato entre seus princípios e o modo de trabalho dos assistentes sociais, não incorpora a dimensão ética pela via da moralidade religiosa ou de um ideário conservador, contrário às demandas de sua origem de classe, bem como, as dos usuários, em oposição à reflexão ético-política que orienta o referido projeto?

Produto da denúncia do conservadorismo no serviço social, o projeto ético-político da profissão, buscou e busca contribuir para a construção de sua auto-imagem, respaldado por valores e demarcado por objetivos e tarefas que corroboram na construção de requisitos (teóricos, práticos e institucionais). O referido projeto aponta para a conduta profissional e as bases de suas relações com os usuários, com os demais profissionais e com as instituições/organizações (NETTO, 1999).

Nesse fluxo de análise Netto (Idem, p. 05) sustenta que o projeto não é homogêneo, porque cada indivíduo do corpo ou categoria profissional é diferente – nas suas origens, histórias, posições, perspectivas sociais, condições intelectuais, condutas e inclinações teóricas, ideológicas e políticas variadas. No entanto, há que se atentar para a importância do debate e do confronto de ideias entre membros da categoria e para a superação de atitudes autoritárias e excludentes. Nessa direção, Barroco (2011, p. 2012), afirma que cabe aos profissionais do serviço social estar atentos politicamente e inteirados acerca da sociedade em geral, somar sua atuação junto aos profissionais que partilham dos mesmos ideais e das entidades representativas, dos movimentos sociais e da classe-que-vive-do-trabalho. Destaca que a articulação com o projeto profissional é de suma importância para que o conservadorismo ou “neoconservadorismo” e os princípios religiosos não estejam em primeiro plano

e, conseqüentemente, se sobreponham aos direitos sociais dos usuários das políticas públicas e sociais.

Fato, é que nos anos 80 do século XX - em plena autocracia burguesa -, o serviço social vislumbrou seu amadurecimento e o manifestou através da intenção de ruptura com o conservadorismo e posteriormente com a adoção do pensamento crítico, entretanto, isso não garantiu que conservadorismo fosse completamente superado, nem poderia, visto ser uma profissão, essencialmente atravessada pelas relações sociais e ocupar posição interventiva no contexto dessas relações, que no seu conjunto, são expressão de variadas práticas conservadoras.

Ocorre que nesta década, a massa crítica do corpo profissional teve iniciativa para se lançar e garantir espaços ideo-políticos e afirmar o direito as diferenças, isso representou e representa grande avanço. No entanto, frente ao ideário e as manifestações práticas do neoliberalismo, o cenário atual, põe em destaque a ameaça ao projeto ético-político profissional, devido ao avanço da ofensiva neoliberal, que a título da racionalização, dos valores modernos e do Primeiro Mundo, vem atacando a Constituição Cidadã (1988), a educação, os direitos sociais, as políticas e serviços públicos, bem como, a adoção das políticas macroeconômicas que colocam em cheque a reprodução da população.

Fica então o questionamento: Como conjugar a influencia do ideário social conservador, com a moral-religiosa e os princípios ético-políticos, no âmbito do Serviço Social?

Essa indagação conduziu esse ensaio e norteará outras oportunidades analíticas. Dos elementos elencados nessa discussão, procurou-se destacar aqueles que de alguma forma, impactam diretamente na formação e no trabalho dos/das assistentes sociais,

Sabe-se que o desafio é a consolidação e resistência coletiva. Entretanto, como enfrenta-lo no seio da categoria, juntamente com entidades representativas, políticas e jurídicas da profissão, se a base de militância entre os assistentes sociais é majoritariamente religiosa?

CONCLUSÃO

Compreender a dimensão religiosa na sociedade moderna supõe problematizá-la enquanto visão de mundo, dado o reconhecimento de que tal dimensão é atravessada por diversos valores e comportamentos que saltam do mundo privado e atingem o mundo público. Desse modo, o Estado que deveria ser laico, se descaracteriza enquanto as políticas públicas se despolitizam. Com esse desenho esboçado no contra fluxo de uma ordem civilizatória que preza pelo bem comum, os sujeitos são orientados por um subjetivismo individualista. Quais as implicações desse processo, característico da cultura ocidental moderna e com repercussões peculiares no Brasil (desigualdade e autoritarismo), se esboçam na formação e trabalho dos assistentes sociais brasileiros? Dos elementos que foram recortados e aqui expostos, destacam-se como principais:

1) O neoconservadorismo religioso como detentor de uma lógica que favorece o fortalecimento de valores e normas comportamentais associados à tradicional ideologia patriarcal formadora do *ethos* da família brasileira.

2) Os dogmas e doutrinas nos seus vieses fundamentalistas tornam-se potenciais obstáculos à efetivação da vertente teórico-metodológica marxista consolidada na formação e profissão do Serviço Social a partir dos anos 80 e inspiradora do Projeto Ético-Político vigente da categoria.

3) As variáveis de classe, raça-etnia, gênero, religião e política devem ser consideradas na análise da formação e trabalho dos assistentes sociais, enquanto elementos, atravessados pela ideologia individualizante, conservadora e fundamentalista que incide também no Serviço Social, comprometendo a direção social e política da profissão.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L.S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

_____; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BUSIN, Valéria Melki. Religião, sexualidade e gênero. **Rever**, ano 11, n. 01, p. 105-124, jan/jun. 2011.

CASTRO, M.M. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2011.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005.

COUTO, Maria Thereza. Gênero, Família e pertencimento religioso na redefinição de ethos masculinos e femininos. **Antropológicas**, Recife, v.13, n.1, p.15-34, 2002.

DUTRA, Patrícia Vicente. **A Presença da Religião no Exercício Profissional de Assistentes Sociais**. Londrina: UEL, 2015.

HERVIEU, Légeu; WILLAIME, Jean-Paul. **Sociologia e Religião**: Aparecida do Norte: Ed. Idéias e Letras, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Conservadorismo e Serviço Social. In: _____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 17-40.

_____; CARVALHO, Raul de. Aspectos da História do Serviço Social no Brasil (1930-1960). In: _____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2014, p. 133-165.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, família e individualismo. In: DUARTE, Luiz Fernando duas. et al. **Famílias e Religião**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

MAIA, Tatiane Simões; SILVA, Claudia Neves da. Religião e Religiosidade na Contemporaneidade: Um Tema de Investigação para a História das Religiões e Religiosidades. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 5, 2011, **Anais...** Curitiba, 2011. p. 2050-2858.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, ano XVII, n. 50, p. 87-132, abr.1996.

_____. A construção do projeto ético – político do Serviço Social. **Serviço Social & Saúde: Formação e Trabalho Profissional**, 1999, p. 01-22. Disponível em: <http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2018.

PINHEIRO, Paulo Wesley Maia. Serviço Social, neoconservadorismo religioso e o desafio para formação profissional. **Temporalis**, Brasília, v.15, n. 29, p.195-220, jan./jun. 2015.

SANTANA, Anabela Maurício de; MATOS, Cândida Margarida Oliveira. A Influência da Socialização Religiosa e do Gênero no Universo Acadêmico.

Interfaces Científicas Humanas e Sociais, Aracaju (SE), n. 4, n.1, p. 44-53, out. 2015.

SIMÕES, Pedro. Por que Estudar o perfil profissional? **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 45-61, 2008.

_____. Religião e Política entre Alunos de Serviço Social (UFRJ). **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 27, n.1, p. 175-192, 2007.

SOUZA, Robson da Costa. **A família evangélica em face dos processos emancipatórios modernos**. Fazendo o Gênero 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010. Disponível em:
<<http://www.fazendoogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1291781079-ARQUIVO-Robson-Souza.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2017.